

Correio e Gazeta: comparações e influências¹

Antonio Hohlfeldt

Resumo

Trabalha-se com uma análise comparativa entre os jornais *Correio Braziliense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*, destacando-se características de cada publicação, sua contribuição à história da imprensa no Brasil e suas repercussões inclusive sobre as colônias de expressão portuguesa.

Palavras-chave:

Correio Braziliense, Gazeta do Rio de Janeiro, História da imprensa brasileira, História da imprensa lusófona, Teoria do jornalismo

Correio and Gazeta: comparisons and influences

Abstract

This paper presents a comparative analysis between the *Correio Braziliense* and *Gazeta do Rio de Janeiro* newspapers, detaching the characteristics of both editions and his contributions to the brazilian press' history, including his echoes about the portuguese colonies.

Key words:

Correio Braziliense, Gazeta do Rio de Janeiro, Brazilian press history, Portuguese press history, Journalism theory

Sobre o autor

Doutor em Lingüística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado na Universidade Fernando Pessoa. Professor na Faculdade de Comunicação Social da PUCRS.
hohlfeld@pucrs.br

Contexto

José Marques de Melo (1973: 111), em ensaio pioneiro, levantou algumas das razões pelas quais a imprensa teve dificuldades em ser instalada no Brasil. Algumas delas são nitidamente político-administrativas, como a “natureza feitorial da colonização”, “a precariedade da burocracia estatal” e o “reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos”.

Qualquer estudo, portanto, que vise compreender o nascimento da imprensa no Brasil, deve levar em conta esse contexto político-administrativo, a que se juntam outras razões culturais, digamos assim, identificadas enquanto “o atraso das populações indígenas”, “a predominância do analfabetismo”, a “ausência de urbanização” e a “incipiência das atividades comerciais e industriais”.

Isso significa dizer que qualquer impresso – periódico ou não – que aqui circulasse ou aqui fosse impresso, destinava-se a um público absolutamente incipiente, que constituiria o que, em linguagem atual, chamaríamos de elite social, ou seja, a estrutura administrativa vigente (portuguesa ou nativa), alguns poucos portadores de diploma universitário (adquirido em Coimbra) e talvez alguns escassos comerciantes mais ilustrados. Ou seja, as tiragens haveriam de ser, obrigatoriamente, mínimas, a não ser que o impresso viesse a circular também em Portugal, o que, no contexto colonial, era quase impensável. O que poderia ocorrer, e ocorreu, muitas vezes, é que o interessado terminasse por imprimir sua obra em Portugal, importando-a depois para o Brasil.

Assim, pode-se imaginar que, tanto o *Correio Braziliense*, a partir de junho de 1808, quanto a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a partir de setembro daquele mesmo ano, não pudessem contar com um apoio muito forte do assinante. E, não obstante, era deste apoio que editores de periódicos de então dependiam, a não ser que obtivessem algum beneplácito oficial ou oficioso, como um financiamento da Corte ou a aquisição de assinaturas por parte do trono, sendo este o expediente mais comum, sobretudo em uma sociedade acostumada ao compadrio, como a portuguesa.

Observe-se que, vista a partir deste prisma, pode-se melhor entender a sobrevivência desses dois primeiros periódicos que circularam entre nós. No caso do *Correio Braziliense*, ao que parece, por se tratar de um impresso livre de censura e controle, as assinaturas garantiram sua sobrevivência, o que não impediu que, em algum momento, Hipólito José da Costa chegasse a buscar assinaturas diretamente junto a Dom João VI. No caso da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o periódico estava diretamente vinculado a uma repartição pública real, ainda que a *empresa*, propriamente dita, se constituísse de sócios que dela usufruíam os eventuais lucros, na medida em que o jornal tinha uma certa garantia de assinaturas que o financiasse. Enunciava a publicação, já na sua primeira edição (*Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 1, 10 set 1808: 4):

¹ Pesquisa realizada a partir de bolsa de iniciação científica da FAPERGS, sobre o *Correio Braziliense*, no período de 2007-2008, que gerou diferentes estudos aqui retomados e desdobrados. Quanto à imprensa das colônias de expressão portuguesa, bolsa da CAPES concedida para estágio pós-doutoral desenvolvido na Universidade Fernando Pessoa, do Porto, no período entre abril e julho de 2008, junto ao acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Esta Gazeta, ainda que pertença por Privilégio aos officiaes da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra não He com tudo Official e o Governo somente responde por aquelles papeis, que nella mandar imprimir em seu nome.²

Esse aviso repetir-se-ia ainda na edição 9, de 12 de outubro de 1808.

A anotação pode levar ao pressuposto de que o Governo não confiava tanto em sua equipe administrativa que queria isentar-se de responsabilidades editoriais. Ou, por outro, tratar-se-ia apenas de uma tentativa de *parecer* livre e isenta em suas informações... Seja como for, sabe-se que, na verdade, o próprio Dom João VI lia os originais, em português, francês ou inglês, e depois a junta administrativa ainda relia todo o material, antes que o mesmo fosse enviado ao prelo. Essa junta era formada por José Bernardes de Castro, Mariano da Fonseca e José da Silva Lisboa (Rizzini, 1988: 317).

Diferentemente, deve-se vincular a contribuição de Hipólito José da Costa, através do *Correio Braziliense*, ao pensamento político e econômico da época, num contexto histórico adequado, levando-se em conta as práticas jornalísticas de então, na Europa, que era, enfim, onde ele vivia, e as possibilidades de circulação de uma informação livre (ou relativamente livre) na colônia portuguesa que era o Brasil. Assim, a importância de Hipólito José da Costa se coloca sob dupla dimensão:

– de um lado, o militante preocupado em *civilizar* as elites portuguesas e *brazilienses*, para ficar no termo por ele escolhido³, o que implicava em dar-lhes informações sobre tudo o que ocorria na Europa e, ao mesmo tempo, introduzir reflexões críticas a respeito do papel presente e futuro do Brasil, não apenas no contexto do Reino Unido de Portugal quanto no da América colonial;

– de outro, o intelectual que se sentia responsável por, ao mesmo tempo, fiscalizar os atos da administração portuguesa em geral, defendendo-lhe a ética e a consequência política, ainda que combatendo fortemente os esforços emancipacionistas (para ele, separatistas) que viriam em prejuízo de Portugal e do Brasil, posição esta mantida até o momento em que as Cortes Portuguesas insistiram em devolver o Brasil à sua condição simplesmente colonial, contra a qual se insurgiu o autor, passando a admitir, então, o movimento independentista.

Numa e noutra perspectiva, a primeira maior que a segunda, já que esta se encontra contida, na verdade, por aquela, Hipólito José da Costa é, em tudo e por tudo, um homem de seu tempo. Convive na maior metrópole europeia, naquele espaço que goza de maior liberdade de pensamento e de expressão, a Inglaterra. Integra alguns dos círculos intelectuais mais avançados – não só a maçonaria, a que pertencia em hierarquia elevada, quanto suas relações

² Mantém-se a grafia original, bem como sua pontuação.

³ Francisco Riopardense de Macedo assim comenta o fato: “Brasiliense era o nativo, o índio; brasileiro, o português que aqui se fixara; e brasiliense, o filho de português aqui nascido. *Correio Braziliense* tinha, assim, um propósito que era um chamamento. Seria o jornal dos portugueses, que fundariam uma nova pátria. Destinar-se-ia a defender seus interesses, que seriam os interesses dos novos portugueses” (Macedo, 1975: 61). E, logo depois, acrescenta: “Para elas [as pessoas portuguesas], naquele trágico momento, o Brasil passaria a ser Portugal, com a vinda da Família Real e a instalação, nele, dos milhares de válidos que a acompanhou”.

pessoais que, ao que se sabe, incluiriam David Hume e Ricardo. Neste sentido, tem plena consciência de que o presente e o futuro da Europa dependem fundamentalmente do Novo Mundo. Foi isso que descobriu em sua viagem aos Estados Unidos. É isso que orienta a produção dos artigos que faz incluir no *Correio Braziliense*, seja aqueles que escreve, seja os que traduz, preocupado em transmitir dados, trazer reflexões e projetar alternativas para o futuro em relação àquele continente onde nasceu, *vis-a-vis* com o continente em que agora vive.

Claramente, para Hipólito José da Costa, existe a necessidade de uma existência conjunta e equilibrada entre ambos os continentes. Que isso seja decorrência de suas atividades comerciais, como quer Nelson Werneck Sodré, ou de suas ligações com a burguesia britânica e a maçonaria, isso é o que menos importa. O que deve ser reconhecido e valorizado é que, olhando-se do tempo de hoje para o tempo de Hipólito José da Costa, verifica-se o acerto de suas projeções e prognósticos, a coerência de suas análises e a importância das propostas e projetos por ele apresentados, através do jornal que editou, praticamente de maneira solitária, entre 1808 e 1822.

Observe-se, assim, o editorial de lançamento do *Correio Braziliense*, em junho de 1808.

“O primeiro dever do homem em sociedade he de ser útil aos membros della”⁴, inicia ele. Aqui, desde logo, o sentimento de viver em sociedade e de utilidade que cada ser humano deve ter em relação a seus próximos. A tese é em seguida individualizada: “e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou”. Defende Hipólito José da Costa, pois, que cada pessoa seja capaz de identificar suas potencialidades e qualidades. Ele, pessoalmente, define-se pela imprensa. O trabalho jornalístico é assim discutido por ele: “Tal tem sido o trabalho dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de que censura adequada, representam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e a soldidas [*sic*] conjecturas sobre o futuro”.

Eis aí todo um programa de ação que, de maneira muito clara, deita por terra qualquer argumento que pretenda desclassificar sua atividade no *Correio Braziliense* enquanto não-jornalística, ou queira diminuir a importância de sua tarefa. Hipólito José da Costa tem muito claro o papel que um jornal desempenha(va) naquele tempo: crítica sã, comedimento, reflexões desde o passado, representação dos fatos do presente e conjecturas sobre o futuro. Qualquer manual de teoria do jornalismo que consultemos vai expressar exatamente esta tripla preocupação, traduzida por esta tríplice função: o jornalista deve informar e criticar, com

⁴ Transcrevemos, fielmente, os textos encontrados na edição facsimilada do periódico: *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, São Paulo, IOESP/*Correio Braziliense*, São Paulo/Brasília. 2001, Vol. I, jun. 1808.

responsabilidade (ética da imprensa), permitindo a transmissão dos acontecimentos do presente, a eventual recuperação e a relação do presente com o passado e, no campo da opinião, a possibilidade de projeção sobre o futuro.

O episódio comum ao nascimento de ambos os jornais é a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão e a dupla pressão que o então regente, Dom João, sofre, de um lado, da França, que exige rompimento com Portugal; e do outro, do *pretense* aliado, a Inglaterra, que busca garantir comércio para os seus produtos, ante o bloqueio continental decretado pelo imperador francês, forçando o deslocamento de Dom João e, com isso, abrindo os portos das colônias portuguesas, especialmente o Brasil, aos navios britânicos, como de fato logo ocorreria, já que esta foi a primeira medida efetiva tomada pelo regente na Bahia.

Leve-se em conta, como já se disse, o analfabetismo quase absoluto dos habitantes da colônia. Isso significa que tanto um quanto o outro jornal teriam escassos leitores. Da *Gazeta* sabemos não ter mais que mil assinantes. Desconhecemos o número de assinantes do *Correio*, que teoricamente poderia ter uma circulação mais ampla que a *Gazeta*: chegava a Portugal; transitava por todo o Brasil, onde era lido avidamente pela Corte, que assim ficava informada do que ocorria bem a seu lado; deveria ser disputado por comerciantes que nela tinham orientação para os seus negócios; e por certo interessava ao corpo diplomático presente no Rio de Janeiro e na Bahia, pelo menos. Mas não deveria ir muito além dessa mesma tiragem.

Assim, podem-se fazer algumas comparações interessantes:

| | <i>Correio Braziliense</i> | <i>Gazeta do Rio de Janeiro</i> |
|--------------------|----------------------------|---------------------------------|
| Periodicidade | mensal | semanal |
| Dimensões | +/- 100 páginas | 4 páginas (+suplementos) |
| Edições publicadas | 175 | 157 |
| Duração | 06. 1808/12.1822 | 10.09.1808/ 1821 |

Para que se possa bem entender a importância e o significado do surgimento de tais publicações, observe-se o quadro abaixo, que indica o período decorrido entre o início da colonização e o surgimento da imprensa em cada universo colonial (cf. Melo, *op.cit.*:67):

| Área Colonial | Am. Espanhola | Am. Inglesa | Am.Portuguesa |
|------------------------|---------------|-------------|---------------|
| Início da colonização | 1519 | 1620 | 1530 |
| Introdução da imprensa | 1533 | 1638 | 1808 |
| Vazio de imprensa | 14 anos | 18 anos | 278 anos |

Da *Gazeta* sabemos não ter mais que mil assinantes. Desconhecemos o número de assinantes do *Correio*, que teoricamente poderia ter uma circulação mais ampla

Revisão bibliográfica

A revisão da bibliografia tem-nos mostrado perspectivas quase sempre equivocadas para falar a respeito de ambos os jornais.

O estudo pioneiro sobre o *Correio Braziliense* – no sentido de ser o primeiro verdadeiramente mais extenso e inédito quanto aos dados levantados – que se produziu é o de Mecenaz Dourado (1956), logo seguido pelo de Carlos Rizzini (1957)⁵. Em 1966, surgiria o extenso e profundo trabalho de Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, em que o autor questionava radicalmente as avaliações feitas anteriormente sobre a figura de Hipólito José da Costa. Seguir-se-ia a antologia constituída por Barbosa Lima Sobrinho, *Antologia do Correio Braziliense*, e, anos mais tarde, uma outra antologia, não só mais restrita quanto mais focada, organizada por Sérgio Góes de Paula (2001), com o título *Hipólito José da Costa*.

Ao longo desse período, alguns manuais foram produzidos e começaram a circular entre nós, como o de Juarez Bahia (1990), *Jornal, história e técnica*, além de outros livros de maior contextualização a respeito da história de nossa imprensa, como o de José Marques de Melo⁶. Nesses casos, repetiram-se, de modo geral, afirmações anteriormente apresentadas pelos primeiros pesquisadores, sem que se ampliasse a abordagem a respeito da importância e das conseqüências que a atividade de polemista de Hipólito José da Costa produzira em sua contemporaneidade.

Basicamente, tanto Rizzini quanto Dourado escreveram obras de defesa a respeito do jornalismo praticado pelo pensador nascido na Colônia de Sacramento, em 25 de março de 1774, apenas 14 anos depois de iniciada a publicação da *Enciclopédia* francesa de D'Alembert e de Diderot. Certamente, o publicista teria notícia e conhecimento dessa publicação, na medida em que, em 1793, vai estudar em Coimbra, de onde partirá, em 1798, em missão oficial do Governo Português, para dirigir-se à ainda recentemente emancipada colônia inglesa da América do Norte, agora transformada nos Estados Unidos.

Na aceção de ambos os pesquisadores e biógrafos, Hipólito José da Costa deve ser considerado não apenas o patrono da imprensa brasileira como o seu pioneiro, já que a circulação do *Correio Braziliense* teria aberto o caminho para os grandes debates em torno da independência da então colônia portuguesa.

Nelson Werneck Sodré questiona seriamente essa perspectiva. Para ele, é injustificada tal inserção, “pelo fato de [o jornal] não ter surgido e se mantido por força de condições internas, mas de condições externas” (Sodré, 1977: 24). Ao que acrescenta, logo adiante: “todos os nossos grandes problemas foram por ele tratados muito mais segundo as condições internacionais do que das nacionais” (*id.*, *ibid.*), que ele identifica, enfim, como sendo “a posição da burguesia inglesa” (*ibid.*: 28, nota 14).

⁵ Alguns autores indicam a primazia de Carlos Rizzini, mas a consulta às respectivas imprentas indicam as datas de 1956, para Mecenaz Dourado, e 1957, para Carlos Rizzini. Na verdade, este já publicara uma outra obra sobre a imprensa brasileira, em que dedicara substancial espaço para estudar a contribuição de Hipólito José da Costa (*O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500/1822* [1946], reeditado em 1988 pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo) e comentado por Mecenaz Dourado.

⁶ Em 2003, José Marques de Melo publicaria *Jornalismo brasileiro* (Porto Alegre: Sulina), em que dá o relato histórico de toda essa controvérsia.

Neste meio tempo, uma continuada campanha nacional transformou, de fato, Hipólito José da Costa no pioneiro da imprensa brasileira e, logo depois, em seu patrono⁷.

Sodré, para além do argumento de interpretação histórica, mercê de uma perspectiva crítica, que é a análise marxista das superestruturas sociais, acrescenta outro argumento técnico, que é o da característica dos textos. Para ele, Hipólito José da Costa teria produzido muito mais uma obra de moralização e de preocupação ética do que propriamente jornalística, de relato de acontecimentos (Sodré, *op. cit.*: 27). Por fim, relativiza a verdadeira influência que o periódico teria produzido na elite brasileira, na medida em que de pequena tiragem – circulando junto a leitores escassos, graças ao analfabetismo existente na colônia – teria, de fato, produzido pouca impressão junto àqueles a que chegava, até porque, boa parte deles, pertenceria aos próprios círculos portugueses.

Dos três motivos pelos quais Sodré considera *um exagero* incluir o *Correio Braziliense* no conjunto da imprensa brasileira, certamente o último é o mais inconsistente. Afinal de contas, José Marques de Melo já mostrou, à saciedade, que, de fato, a imprensa não poderia ter nascido antes num território não-urbanizado e com escassos leitores (Melo, 2003)⁸. Mas uma imprensa produzida *desde fora*, ainda que sob uma ótica dirigida aos compatriotas *de dentro* do país e, mais que isso, àquelas elites, sim, que controlavam a administração da colônia, mas que nem sempre concordavam entre si, quanto aos objetivos a serem ali desenvolvidos, poderia – e certamente – teria tido uma influência poderosa e eficiente, na medida mesma em que, ao ser lida por aquelas elites, ao longo dos tantos anos em que circulou, ininterruptamente no território, terminaria por criar um *clima* de, no mínimo, compreensão e reflexão a respeito dos temas por ele abordados, mesmo que sob uma perspectiva de preocupação e de contradição⁹.

Para que se possa dirimir qualquer dúvida a respeito do jornal, leia-se a epígrafe que marca o *Correio Braziliense*:

Na quarta parte nova os campos ara,
E se mais mundo houvera, lá chegara.

Retirada do Canto VII de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, ela propõe a abertura dos novos caminhos e a fixação da civilização nas novas terras. Partindo da tarefa civilizatória desenvolvida pelos portugueses desde o século XIV, o jornal também se propunha a abrir as mentes de seus leitores e a nelas fixar os novos valores e as novas idéias.

Nelson Werneck Sodré (1977:23) também é bastante duro na avaliação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, sobre a qual escreve: “Jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo

⁷ Marques de Melo refere que, em 1957, o VII Congresso Nacional de Jornalistas chegou a aprovar uma tese de Fernando Segismundo, segundo a qual Hipólito José da Costa seria um jornalista venal e que, por isso, “deve tombar do alto pedestal a que o elevou a admiração fácil de seus ingênuos concidadãos”. No entanto, em agosto de 1972, a Associação Riograndense de Imprensa publicava a monografia de Raul Quevedo, Hipólito José da Costa (Porto Alegre, ARI, nº 29), em que se reivindicava ser ele o “jornalista da independência”. A ARI desencadeou um movimento em favor da substituição de Frei Tibúrcio como patrono da imprensa nacional, que recebeu a adesão inclusive da FENAJ. Em 2000, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, homologou lei de autoria do Deputado Federal gaúcho Nelson Marchezan, reconhecendo a data de 1º de junho (data de circulação da primeira edição do *Correio Braziliense*) como o Dia da Imprensa Brasileira. Ao mesmo tempo, a data de 13 de agosto passou a ser comemorada enquanto o Dia do Patrono da Imprensa Brasileira, data de nascimento de Hipólito José da Costa. Ver, a propósito: Melo, 2003b.

⁸ Trata-se da reedição, revisada, de *Sociologia da imprensa*, de 1973.

⁹ Vamos comentar, a seguir, o manifesto de lançamento do jornal que evidencia, em nosso entendimento, essa perspectiva.

para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado”. Vai mais longe: “Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa (...) arremedo de jornal” (*id.*, *ibid.*). Não obstante, reconhece que a *Gazeta* “era embrião de jornal, com a periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária, formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas folhas, preço baixo – o *Correio* era “brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais que informativo, preço muito mais alto”, e resume: “em tudo o *Correio Braziliense* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como revista doutrinária, e não jornal – em tudo a *Gazeta* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como jornal – embora fosse exemplo rudimentar desse tipo” (*id.*, *ibid.*: 26).

Richard Romancini e Cláudia Lago (2007: 27) reiteram a avaliação de Sodré, fechando o capítulo que dedicam aos dois jornais pioneiros do século XIX no Brasil: “A *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense* são emblemáticos, a despeito de eventuais convergências que um exame mais vigoroso revela, de dois modelos de jornalismo que coexistiram nos anos pr -independência e no Império” – um * ulico* e outro combativo.

Isabel Lustosa (2000: 33), citando Antonio Candido, sublinha que, bem ou mal, “a vinda da corte para o Brasil marca o início da nossa época das luzes – foi a partir de então que o país viu surgir os primeiros consumidores regulares de arte e literatura”.

Cada jornal, então surgido, como se tem afirmado, desenhou um tipo de jornalismo. O *Correio Braziliense*, claramente preocupado em trazer informa o e reflexão para um público seletivo, pretendia influenciar a opinião das elites de então, e jamais escondeu isso. Pelo contrário, desde o lançamento do periódico, a declara o de princípios ali expressa, e que já examinei detidamente acima, era muito clara quanto a isso. Para Hipólito, era de um compromisso e de uma missão (veja-se Hohlfeldt; Oliveira, 2007). Quanto   *Gazeta do Rio de Janeiro*, tratava-se de uma necessidade imediata do poder político, transplantado para sua província ultramarina, de divulgar medidas e informar a respeito de suas a o es ou do que ocorresse e lhe dissesse respeito ou lhe interessasse. O que se precisa discutir, contudo, é que, neste sentido, buscava criar uma determinada imagem de si mesmo, para divulga o entre os súditos da província e, portanto, indagar sobre até que ponto também não estava preocupado em interferir com a opinião pública.

Evidentemente, o *Correio Braziliense* possuía maior liberdade de expressão. Mais que isso, possuía maior facilidade de produ o, mesmo que se leve em conta o fato de ser escrito e impresso em país estrangeiro, com idioma diverso daquele que usava. Bem ou mal, a profissão de tipógrafo, ao menos na Inglaterra, era por certo

O *Correio Braziliense*, claramente preocupado em trazer informa o e reflexão para um público seletivo, pretendia influenciar a opinião das elites

mais comum que em Portugal ou no Brasil. Basta lembrar transcrição feita por Hipólito José da Costa da busca de aprendizes e de oficiais de compositor, impressor, batedor, abridor, fundidor e estampador por parte da Imprensa Régia, com enorme dificuldade. Evidentemente, a proibição secular de prelos na colônia cobrava então seus dízimos.

De qualquer modo, a *Gazeta* “reflete, como pode, a sociedade da época” (Bahia, *op. cit.*: 19), na condição de colônia, enquanto o *Correio* projeta, por se encontrar em contexto diverso, uma perspectiva absolutamente mais avançada e aberta. Pode-se avaliar, como a maioria dos estudiosos o faz, que, historicamente, o *Correio Braziliense* tenha se tornado mais importante que a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Pessoalmente, defendo que cada jornal tem uma contribuição específica, e dificilmente se poderia entender corretamente o desafio que foi a circulação dos primeiros periódicos no país, se não considerarmos a ambas as publicações.

O que é certo é que o início das atividades da Imprensa Régia não se reduziu à publicação de documentos oficiais ou de um jornal. Também incluiu a edição de livros, como se verifica naquela mesma primeira edição do jornal, que traz a seguinte “Notícia – Estão no Prelo as interessantes Obras seguintes Memória Historica da invasão dos Francezes em Portugal no ano de 1807. Observações sobre o Commercio Franco do Brazil”. Embora, aqui, sem indicação de autoria, sabe-se que fora escrita por José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu, membro da junta administrativa da Imprensa Régia, e que seria devidamente registrada inclusive pelo *Correio Braziliense*, na medida em que Hipólito José da Costa festejou o que imaginou traduzir a “liberdade de imprensa” almejada, situação que logo verificou ser falsa.

Pensada enquanto um projeto político, administrativo e financeiro, já a edição de 17 de setembro – segunda, do jornal – traz novo anúncio significativo – “Aviza-se o Publico, que a *Gazeta do Rio de Janeiro* sahirá todas as quartas, e Sábados - em conseqüência os Assinantes deverão assistir com o dobro da primeira assinatura” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 2: 4).

Sucesso de público ou evidência de imprevidência, improvisação e desconhecimento de planejamento, verifica-se que a edição do jornal seria muito mais dispendiosa do que se calculara a princípio.

Outro detalhe interessante é que, na primeira edição, em continuação ao auto-anúncio de lançamento do jornal, anunciava-se – “que na mesma *Gazeta* se porão quaesquer annuncios, que se queirão fazer, devendo enviar na 4ª. Feira no fim da tarde na Imprensa Régia”.

O efeito desta disposição não se fez esperar e, já na segunda edição, aparecia o primeiro anúncio particular: “Annuncio – Quem quiser comprar huma morada de cazas de sobrado com frente para

Sucesso de público ou evidência de imprevidência, improvisação e desconhecimento de planejamento, verifica-se que a edição do jornal seria muito mais dispendiosa do que se calculara a princípio.

Santa Rita falle com Anna Joaquina da Silva, que mora nas mesmas cazas, ou com o Capitão Francisco Pereira de Mesquita que tem ordem para as vender”.

Logo depois, conforme indica Juarez Bahia (1990: 15), o anúncio passaria a ser cobrado. Com isso, a Imprensa Régia, que obviamente publicava os documentos oficiais gratuitamente, cobria suas necessidades através da assinatura do periódico, dos anúncios vendidos para veiculação no jornal e, enfim, com as futuras obras que haveria de imprimir, e cujo levantamento, feito por Veiga Cabral e reproduzido por Carlos Rizzini (*op. cit.*: 320), é bastante significativa, com títulos que vão de Silva Lisboa a Pope, passando por Bocage, Adam Smith e o Pe. Aires de Casal, chegando a um total de 1.154 trabalhos. Fundamentalmente, tais obras distribuíam-se entre manuais e compêndios, de um lado, e livros de interesse geral, notadamente tratados filosóficos e políticos, de outro.

Não obstante, o fato de a empresa ser, simultaneamente, um empreendimento oficial e um negócio particular, o empreguismo e a morosidade foram desde logo sua característica, conforme registra ainda Carlos Rizzini (*ibid.*: 322). Em conseqüência, logo outras tipografias começariam a oferecer seus serviços aos interessados, apresentando-os mais rápidos e mais baratos.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* teve sua primeira edição a 10 de setembro de 1808. Deveria circular, inicialmente, apenas aos sábados, mas já na segunda edição, a 17 de setembro, anuncia que terá edições às quartas feiras e aos sábados. Em seguida, passará a estampar também edições extras, a fim de dar conta de todo o material informativo disponível e que seus editores julgavam do interesse público (ou do interesse do Rei, que viesse a público, embora sem mencionar explicitamente tal assertiva). A folha tinha quatro páginas (raramente chegou a seis ou oito páginas), *in quarto* (Bahia, *op. cit.*: 12)¹⁰. Administrava oficialmente a folha Frei Tibúrcio José da Rocha. A exemplo do que ocorria com outras folhas, a *Gazeta do Rio de Janeiro* vinha encimada por um dístico tirado da Ode III do *Livro IV*, de Horácio, que dizia:

Doctrina sed vim promovet insitam,
ectique cultus pectora roborant

ou seja, “A educação desenvolve a força inata e uma cultura sábia fortifica a alma”.

A matéria-prima do jornal era fundamentalmente extraída de outro jornal, a *Gazeta de Lisboa*, além de algumas folhas londrinas. Ao longo de todo o ano de 1808, o noticiário do jornal segue o padrão de impressão tradicional daquelas folhas – os despachos são organizados em ordem crescente, dos mais antigos aos mais recentes, por mês e dia, indicando-se também

¹⁰ Indica-se que a folha passaria a ser publicada às terças, quintas e sábados. Do total de 31 edições examinadas, em 1808, destaca Bahia, 19 são edições extraordinárias. Uma consulta ao site da Biblioteca Nacional, que possui toda a coleção do jornal fac-similada, www.bn.br, verifica-se que inexistente a indicação, nos jornais, de tal tipo de edição. Na verdade, o que vem indicado como edição extraordinária repete o que aparece como edição ordinária. Para se identificar as edições extraordinárias, assim, é preciso ler o jornal e acompanhar os anúncios que antecipam tais edições.

o lugar de origem e, eventualmente, a fonte onde havia sido buscada. Assim, na primeira edição, encontram-se despachos de “Amsterdã, 30 abril”, “Londres, 16 de junho”, “Londres, 21 de junho” e “Rio de Janeiro, 10 de setembro”. No último caso, a data relativa ao Rio de Janeiro, coincidindo com a data de circulação do jornal, indica menos uma informação que um comentário do editor, ainda que não diferenciado tipograficamente da informação e nem assinado.

Na última página, encontram-se três pequenas notas. A primeira é uma espécie de declaração relativa à publicação do periódico:

Faz-se saber ao Público – Que a Gazeta do Rio de Janeiro deve sahir todos os Sábados pela manhã. Que se vende nesta Corte em casa de Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da Quitanda a preço de 80.r – que as Pessoas, que quiserem ser Assinantes, deverão dar os seus nomes, e moradas, na sobredita Casa [...].

Seguia-se outro aviso da editoria, explicitando sua pretensa autonomia em relação ao Governo, já mencionada. Por fim, antecipava-se o lançamento de uma obra ensaística de José da Silva Lisboa.

O modelo seria mantido, ao menos, ao longo daquele primeiro ano.

Algumas aproximações

Para o pesquisador, e levando em conta que também o *Correio Braziliense* dava certa cobertura ao movimento de expulsão dos invasores franceses, tanto na Espanha quanto Portugal, vale a pena comparar o tipo de noticiário de ambos os periódicos. À primeira vista, não se tem grandes diferenças – ambos divulgam correspondência oficiosa, correspondência particular de figuras do reino e despachos de diferentes jornais europeus, os mais variados, advindos de todas as frentes políticas e do teatro de guerra envolvidas, da Rússia à Noruega e à Dinamarca, os estados germânicos, a própria França, localidades da Espanha e de Portugal, Holanda, Londres e até os Estados Unidos, na medida em que a França impôs o embargo comercial também aos navios norte-americanos. O que vai diferenciar os dois jornais, fundamentalmente, será que, no caso do *Correio Braziliense*, o comentário se soma à informação, e o comentário é sempre crítico e evidencia a posição do jornalista-editor, Hipólito José da Costa. No caso da *Gazeta do Rio de Janeiro*, ao contrário, o comentário é raro, o adjetivo é mais persistente e a informação é sempre aquela que valoriza e distingue a Família Real. Resulta disso a avaliação que dela faz Juarez Bahia (*op. cit.*: 13): “A fixação da *Gazeta* no relato unilateral dos acontecimentos logo assume um caráter monótono e expõe a sua natureza oficial”.

O que vai diferenciar os dois jornais, fundamentalmente, será que, no caso do Correio Braziliense, o comentário se soma à informação, e o comentário é sempre crítico

Quatro editorias compunham as edições do *Correio Braziliense*: Política; Comércio e Artes; Literatura e Ciências; Miscelânea. Eventualmente, havia uma quinta, Correspondência:

(a) Política: analisa os documentos oficiais;

(b) Comércio e Artes: divulga bolsa de mercadorias de Londres, registra lançamentos de livros, como o fez em relação à obra sobre Economia, de José da Silva Lisboa etc;

(c) Literatura e Ciências: enfatiza a perspectiva civilizatória, abrindo espaço para o avanço da cultura letrada e o saber científico. É nesta editoria, ainda, que Costa promove traduções de artigos divulgados em revistas européias e que desenvolvam temas que considere de relevância para o continente ou o país, como ensaio a respeito da liberdade de comércio mundial e a necessidade de construção de um canal, na região do Panamá, o que só se concretizaria um século depois;

(d) Miscelânea: faz a resenha noticiosa do mês, agrupando os fatos por países ou regiões;

(e) Correspondência: acolhe algumas cartas de leitores, orientando-os sobre forma e conteúdo, publicando-as simplesmente ou comentando-as e, quando preciso, contestando-as.

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, diferentemente, possuía apenas duas editorias, ainda que não nomeadas explicitamente: a Informativa e a Comercial. Excepcionalmente, poderia vir enriquecida por matéria Opinativa e, raramente, com o que hoje se consideraria a Coluna Social.

Em resumo, pode-se dizer que, se a *Gazeta do Rio de Janeiro* paga pesado tributo ao oficialismo, isso não pode negá-la nem diminuí-la: era a condição de praticamente todos ou a maioria quase absoluta da sobrevivência dos jornais de então. Por outro lado, se o *Correio Braziliense* é mais uma revista que um jornal, na verdade é o tipo de jornalismo que se vincula à tradição do publicismo inglês do século XVIII, assim como à tradição criada pelo Enciclopedismo francês do mesmo século. Ou seja, Hipólito José da Costa, de certo modo, antecipa-se a uma futura tendência dos periódicos, que é a diversificação de públicos e a segmentação, dirigindo-se ao público ilustrado – ou que assim se julgava – enquanto que a *Gazeta* tinha pretensões bem mais simples, de informar o que se produzia no centro do poder e que interessava a ele ser informado, ao mesmo tempo em que gradualmente informava a respeito do cotidiano da cidade. Ou seja, cada jornal abriu uma diferente perspectiva de jornalismo e cada qual, a seu modo, contribuiu para a formação da imprensa brasileira, que depois desdobrar-se-ia em outros títulos, como o *Idade d'Ouro do Brasil* que, de certo modo, sem ser oficioso, comportava-se como tal (Silva, 2005).

O que se deve levar em conta, de qualquer modo, é que uma leitura comparada dos periódicos que então se publicavam, tanto

Se a *Gazeta do Rio de Janeiro* paga pesado tributo ao oficialismo, isso não pode negá-la nem diminuí-la: era a condição de praticamente todos ou a maioria quase absoluta da sobrevivência dos jornais

no Brasil quanto em Portugal e nas colônias de expressão portuguesa, nos possibilita uma valorização muito mais ampla desses dois periódicos.

Não se pode esquecer que a Revolução do Porto, de 1817, obrigaria o retorno de Dom João VI a Portugal. Tensões entre o liberalismo e o conservadorismo teriam desdobramentos inclusive sangrentos, levando Dom Pedro I do Brasil a deixar o país e dirigir-se a Portugal, para enfrentar o irmão e tornar-se Dom Pedro IV, legando uma constituição considerada liberal, do mesmo teor que aquela que decretara para o Brasil, em 1823, após dissolver a Constituinte.

Neste interregno, surgiria uma produtiva imprensa liberal, e a disputa entre os diferentes princípios políticos daria lugar a alguns jornalistas panfletários extremamente produtivos, como é o caso do sacerdote José Agostinho de Macedo (1761-1831) (Cf. Sousa, 2008a e 2008b). Publicações como *Cordão da peste ou medidas contra o contágio periodiqueiro*, *Reforço ao cordão da peste e Exorcismos contra periódicos e outros malefícios*, em que pese seus excessos, constituem a primeira crítica ao jornalismo que se conhece em língua portuguesa.

Mais que isso, como conseqüência dos acontecimentos ocorridos no Brasil e em Portugal, o governo português terminaria por decretar, em 7 de dezembro de 1836, a obrigatoriedade de as administrações coloniais criarem publicações capazes de informar a opinião pública a respeito das ações de governo. A iniciativa do decreto de Sá da Bandeira levaria à criação dos diferentes Boletins oficiais das administrações coloniais. Aberta a passagem para essas publicações, iniciava-se, logo depois, não sem dificuldades, é certo, a circulação de jornais independentes, conforme o quadro abaixo (Hohlfeldt, nov. 2008):

| Colônia | Boletim Oficial | | Jornal independente | |
|------------|-----------------|------------------------|---------------------|---|
| | Data | Título | Data | Título |
| Goa | 1821 (1556) | <i>Boletim Oficial</i> | 22.12.1821 | <i>A imprensa de Goa</i> |
| Cabo Verde | 24.8.1842 | <i>Boletim Oficial</i> | 1º.10.1877 | <i>Independente</i> |
| Angola | 13.9.1845 | <i>Boletim Oficial</i> | 6.12.1866 | <i>A Civilização da África Portuguesa</i> |
| Moçambique | 13.5.1854 | <i>Boletim Oficial</i> | 9.4.1868 | <i>O progresso</i> |

Em síntese, qualquer estudo contextualizado e, ao mesmo tempo, atualizado, que se pretenda fazer a respeito dos dois primeiros jornais brasileiros, deve levar em conta não apenas as condições em que os mesmos foram produzidos na ocasião, como suas repercussões imediatas e em seus entornos mais próximos, e ainda as influências que, a médio e longo prazo, terminaram por produzir, não apenas no Brasil como no universo lusófono, com larga repercussão nas colônias de expressão portuguesa.

Referências

- 1º CENTENÁRIO Da Imprensa Em Moçambique. Conferências proferidas no Salão dos Organismos Económicos, em 13 maio 1954.
- ARANHA, Pedro Wenceslau de Brito. *Subsídios para a história do jornalismo nas Províncias ultramarinas portuguesas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo, Ática. 1990. (Vol. 1 – História da imprensa brasileira.)
- BRANDÃO, Fernando de Castro. *História da expansão portuguesa (1367 – 1580): Uma cronologia*. Odivelas: Europress, 1995.
- BRITO, Bernardo Gomes de. *História trágico-marítima: Quatro naufrágios*. Lisboa: Verbo, 1972.
- CUNHA, Antonio Maria da. *A Índia Portuguesa*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1923. (vol. II.)
- DA INTRODUÇÃO da tipografia à passagem de Lourenço Marques a cidade: contexto histórico (1854 – 1887).
- DEVI, Vimala; SEABRA, Manuel de. *A literatura indo-portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971.
- DIAS, Raul Neves. *A imprensa periódica em Moçambique – 1854-1954*. s/d.
- ERVEDOSA, Carlos. *Roteiro da literatura angolana*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- GONÇALVES, José Júlio. *A informação em Angola: Elementos para o seu estudo*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964.
- _____. *A informação em Moçambique: Contribuição para o seu estudo*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1965.
- _____. *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1966.
- GRACIAS, José Antonio Ismael. *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII: Apontamentos histórico-bibliográficos*. 1880.
- GUIRADO, Maria Cecília. *Relatos do descobrimento do Brasil: As primeiras reportagens*. Lisboa: Piaget, 2001.
- HOHLFELDT, Antonio; OLIVEIRA, Samir Rosa de. Bicentenário da imprensa brasileira: Reavaliação de Hipólito José da Costa, diretor e editor do Correio Braziliense. Comunicação apresentada ao 5º Encontro Anual da SBPJor, Aracaju, nov. 2007.
- _____. A imprensa nas colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação. Comunicação apresentada no Colóquio Brasil x Portugal, no âmbito do XXXI Congresso Brasileiro da Intercom, Natal, set. 2008.
- _____. A imprensa nas colônias de expressão portuguesa: Principal bibliografia. Comunicação apresentada no 6. Encontro Anual da SBPJor, São Paulo, nov. 2008.
- LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- LEAL, Sebastião Correia da Silva. *Jornais indo-portugueses: Publicação comemorativa da Exposição da Imprensa realizada em maio de 1898*. Lisboa: Imprensa de Libânio de Silva, 1898.
- LEVY, Bento. *Em defesa própria: Subsídios para uma história do jornalismo em Cabo Verde*. 1974.
- LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Antologia do Correio Braziliense*. Brasília: Cátedra/Instituto Nacional do Livro, 1977.

- LOPES, António dos Mártires. *Imprensa de Goa: Monografia pelo 150º Aniversário do primeiro jornal de Goa*. 1971.
- LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola: Subsídios para a sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.
- LOURENÇO, João Pedro da Cunha. *A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923*. Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto, 2003. Dissertação de Mestrado. Mimeo.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: A guerra dos jornalistas na independência – 1821-1823*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- _____. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Hipólito da Costa e o universo da liberdade*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1975.
- MELO, A. Borges de. *A influência do Brasil no jornalismo de Angola*. Nova Iguaçu: Semana Ilustrada Editorial Ltda, 1985.
- MELO, José Marques de. *Sociologia da imprensa*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- _____. *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003a.
- _____. *Imprensa brasileira: Personagens que fizeram história*. São Paulo: UMESP/IOESP, 2003b.
- _____. *História social da imprensa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- MOUILLAUD, Maurice (org.). *O jornal: Da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- NEVES, João Alves das. *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social, 1989.
- NOVAS da Infelicidade Da Armada De Sua Majestade Que Escreveu O Mestre Da Sota Capitaina. *Biblioteca Nacional de Lisboa*, Cx. 2, nº 28, 1558, segundo referência de Maria Cecília Guirado, na obra antes mencionada.
- OLIVEIRA, Mário Antonio de. *A sociedade angolana do fim do século XIX e um seu escritor*. Luanda: Editorial NOS, 1961.
- PAULA, Sérgio Góes de. *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso (org.). *História da imprensa*. Lisboa: Planeta, 1994.
- RANGEL, Jaime. *A imprensa em Goa*. Goa: edição do autor, 1957.
- REIS, Fernando. *O jornalismo colonial na metrópole*. Lisboa: Agencia Geral das Colônia, 1943.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500-1822*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1988.
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.
- SOARES, Francisco. *Notícia da literatura angolana*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SOUSA, Jorge Pedro de (coord.); PINTO, Mário; SILVA, Nair; SILVA, Gabriel; DELICATO, Mônica. *A génese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2007.

SOUSA, Jorge Pedro de. O advento da crítica ao jornalismo em Portugal: O caso de José Agostinho de Macedo. Comunicação apresentada ao Colóquio Brasil x Portugal, no âmbito do XXXI Congresso Brasileiro da Intercom, Natal, set. 2008a.

_____. A liberdade de imprensa em questão no Portugal vintista: as Cartas de José Agostinho de Macedo a Pedro Alexandre Cávroé. Comunicação apresentada ao 6. Encontro Anual da SBPJor, São Paulo, nov. 2008b.

TENGARRINHA, José. História da imprensa periódica portuguesa. Lisboa: Caminho, 1989.

TRIGO, Salvato. *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*. Porto: Brasília, 1977.

_____. *Luandino Vieira, o logoteta*. Porto: Brasília, 1981.

Recebido em 30 de agosto de 2008
Aprovado em 25 de outubro de 2008